

EAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal

**Observatório de Luta Contra a Pobreza
na Cidade de Lisboa**

Relatório de Actividades 2014

Índice

A. Actividades de sistema.....	3
B. Comunicação externa	6
C. Encontros do Observatório	8
D. Barómetro de Pessoas em Situação Vulnerável (Fase II)	15
E. Elaboração do Referencial Estratégico para Monitorização do Desenvolvimento Social de Lisboa	17
F. Indicadores de Alerta	28

Anexos

I. Introdução

Em 2014, o trabalho desenvolvido pelo Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa centrou-se em três actividades das quais resultaram três produtos de forte pertinência e relevância para o conhecimento do contexto social da cidade de Lisboa, sendo eles o estudo “Barómetro de Pessoas em Situação Vulnerável - fase II”; o Referencial Estratégico de Monitorização do Desenvolvimento Social de Lisboa e a criação do Índice de Precariedade Social resultado do projecto Sistema de Indicadores de Alerta.

A associar a estas actividades, encontram-se também os Encontros do Observatório que este ano se debruçaram sobre o tema Pobreza Infantil e as restantes actividades consideradas de sistema por fazerem parte da rotina do trabalho desenvolvido, como é o caso da recolha e tratamento estatístico de indicadores, comunicação externa e elaboração de fichas de projecto.

De seguida, apresenta-se o estado de execução das actividades apresentadas em Plano de Actividades 2014.

A. Actividades de sistema

1. Recolha, actualização e tratamento estatístico de dados

A recolha, actualização e tratamento estatístico de dados sobre indicadores pertinentes para o conhecimento e análise da situação socioeconómica da população residente na cidade de Lisboa e sua disponibilização livre é uma actividade central do Observatório constituindo um dos seus pontos centrais, ganhando ainda mais relevo com as actividades relacionadas com o Referencial Estratégico e Indicadores de Alerta.

Deste modo, ao longo de 2014 foi recolhida informação que permitiu actualizar as seguintes bases de dados:

- Consumo e dados de cobrança (fonte: Epal);
- Desempregados inscritos nos centros de emprego (fonte: IEFP);
- Sobreendividamento (fonte: DECO – Gabinete de Apoio ao Sobreendividado);
- Número de pedidos de apoio alimentar (fonte: Banco Alimentar de Lisboa);
- População apoiada pelos equipamentos sociais da AMI (fonte: AMI);
- População apoiada pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (fonte: SCML);
- Acção Social Escolar – pré-escolar, ensino básico e secundário (fonte: CML e Direcção Geral de Estatística da Educação e Ciência e Direcção Geral dos Estabelecimentos Escolares);
- Número de alunos inscritos por grau de ensino (fonte: Direcção Geral de Estatística da Educação e Ciência e Direcção Geral dos Estabelecimentos Escolares);
- Taxas de escolarização (fonte: Direcção Geral de Estatística da Educação e Ciência e Direcção Geral dos Estabelecimentos Escolares);
- População (fonte: INE, Anuários Estatísticos).

2. Parcerias/Cooperação institucional

No âmbito do trabalho desenvolvido pelo Observatório, sobretudo aquele que se encontra relacionado com a recolha de dados quantitativos de modo a produzir conhecimento qualificado, revela-se essencial a colaboração com diversas entidades produtoras de informação.

Neste sentido, ao longo dos últimos anos, o Observatório conseguiu estabelecer relações estáveis com algumas instituições (associações, organismos públicos e empresas) que garantem a disponibilização regular de informação, contribuindo assim para alimentar o Retrato de Lisboa. Entre estas encontra-se o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a EPAL, a DECO, o Banco Alimentar de Lisboa, a Direcção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho, o Instituto do Cinema e do Audiovisual, a Câmara Municipal de Lisboa através de vários departamentos (Educação, Habitação, Direitos Humanos).

Nestes casos, e visto a relação de colaboração decorrer de modo muito positivo, não se considerou essencial protocolar formalmente o envio de informação.

Noutros casos, como o que está relacionado com a disponibilização de dados das prestações sociais, a formalização da cooperação com o ISS, IP através da assinatura de protocolo que enquadre esta parceria revelou-se necessário e encontra-se a aguardar por despacho.

3. Caracterização de entidades e projectos - Elaboração e divulgação de Fichas de Projecto

A necessidade do Observatório complementar a informação estatística recolhida com informação qualitativa sobre o território, deu origem a um conjunto de visitas a entidades e projectos locais ilustrativos do combate à pobreza no concelho. Para além de permitir sistematizar informação relevante, também contribuiu para a divulgação do trabalho desenvolvido a nível local por entidades e projectos empenhados na luta contra a pobreza e a exclusão.

O resultado dessas visitas é resumido em Fichas de Projecto que se encontram divulgadas no Retrato de Lisboa no *site* do Observatório - separador Lisboa em acção/Projectos locais, as quais concentram informação sobre a iniciativa, nomeadamente, objectivos gerais e específicos do projecto, problemas identificados, beneficiários, território de actuação, actividades desenvolvidas, produtos do projecto.

Ao longo de 2014 ampliou-se este conhecimento com a visita ao projecto Mar de Oportunidades, uma iniciativa da associação Aporvela e da Casa Pia de Lisboa e com o Projecto RUA, do Instituto de Apoio à Criança.

Ambos os projectos têm com base a intervenção juntos de crianças e jovens de modo a fomentar atitudes e valores para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais que promovam a sua integração na sociedade.

Act. - Actividades de Sistema

Actividade	Objectivo	Acções realizadas	Resultados
Recolha, actualização e tratamento estatístico de dados	Recolha e tratamento estatístico de informação pertinente para o conhecimento e caracterização social da cidade de Lisboa	Estabelecimento de contactos com fontes fornecedoras de informação.	Actualização de base de dados: <ul style="list-style-type: none"> - Desemprego 2014 (fonte: IEFEP) - Consumo e dados de cobrança 2014 (fonte: EPAL) - Sobreendividamento 2014 (fonte: DECO) - Acção Social Escolar Pré-escolar e 1º ciclo EB - ano lectivo 2014/15 (fonte: CML) - Número de pedidos de apoio alimentar (fonte: Banco Alimentar de Lisboa); - População apoiada pelos equipamentos sociais da AMI (fonte: AMI) - População apoiada pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (fonte: SCML) - Número de alunos inscritos por grau de ensino (fonte: Direcção Geral de Estatística da Educação e Ciência e Direcção Geral dos Estabelecimentos Escolares); - Taxas de escolarização (fonte: Direcção Geral de Estatística da Educação e Ciência e Direcção Geral dos Estabelecimentos Escolares); - População (fonte: INE, Anuários Estatísticos).
Parcerias/Cooperação institucional	Colaboração com diversas entidades produtoras de informação de modo a alimentar o Retrato de Lisboa	Manutenção dos contactos com fontes já fornecedoras de informação e estabelecimento de novos contactos	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção da colaboração com diversas entidades produtoras de informação.
Elaboração e divulgação de Fichas de Projecto	Reunir informação de carácter qualitativo presente nas diversas iniciativas e projectos que se desenvolvem em Lisboa no âmbito da Luta Contra a Pobreza	Pesquisa e listagem de projectos existentes Contacto com projectos	Duas Fichas de projecto: <ul style="list-style-type: none"> - “Mar de Oportunidades” da responsabilidade da Aporvela e Casa Pia de Lisboa - “Projecto Rua – em família para crescer” do Instituto de Apoio à Criança

B. Comunicação externa

Com o objectivo de alcançar o princípio de comunicar melhor e mais eficazmente, em 2014 procedeu-se à renovação da arquitectura do *site* tornando-o sobretudo mais actual, utilitário e amigável para quem o visita.

A génese inicial de ser um espaço de compilação de informação (local, nacional e internacional) sobre diversos temas relacionados, directa e/ou indirectamente, com a pobreza e exclusão social e onde se pode encontrar informação sistematizada sobre a cidade de Lisboa e as suas freguesias, manteve-se inalterada reflectindo a sua estrutura isto mesmo.

Assim, na página inicial é possível ter acesso aos **Destaques do Observatório**, no qual se realça o trabalho desenvolvido, e às **Sugestões de consulta**, onde normalmente se destacam e disponibilizam documentos de variado interesse.

No separador Retrato de Lisboa pode encontrar-se informação agregada por áreas, nomeadamente:

- Lisboa em números, onde é possível aceder a um conjunto vasto de base de dados de indicadores destacados por tema;
- Lisboa em debate, onde é possível ficar a conhecer as diversas iniciativas promovidas pelo Observatório,
- Lisboa em acção, onde se inclui informação sobre as Fichas de Projecto que o Observatório elabora relativa às entidades e projectos visitados e os vários eventos locais que são realizados por outras entidades no âmbito da promoção da inclusão social e
- Lisboa em análise, onde se incluem os diferentes estudos e instrumentos que o Observatório promove, como o Barómetro de pessoas em situação vulnerável, o Referencial Estratégico entre outros.

Existe ainda a possibilidade de encontrar informação no separador Documentos e separador Publicações.

A sua dinamização e actualização permanentes são uma prioridade constante.

Com o intuito de acompanhar esta mudança de imagem, procedeu-se também a uma actualização nas redes sociais, com um novo FB institucional e presença no *Twitter*.

A *Flashnews* manteve-se inalterada, procedendo-se ao seu envio mensal e onde consta informação sobre as actividades do Observatório e se dá destaque a estudos e documentos nacionais e internacionais, permitindo, desta forma, a divulgação ampla da informação de forma gratuita, simples e rápida.

Actividade	Objectivo	Acções realizadas	Resultados
Comunicação externa	Promover a divulgação das actividades do Observatório e documentos /actividades relevantes na área da inclusão social	Renovação da arquitectura do site Elaboração mensal da <i>Flashnews</i> e das notícias de imprensa <i>online</i> Dinamização do <i>facebook</i>	- Nova página Web - Novo FB institucional e presença no <i>Twitter</i> - Envio mensal da <i>Flashnews</i> e dos destaques das notícias de imprensa <i>online</i> para os contactos de <i>email</i>

C. Encontros do Observatório

O Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa definiu como prioridade temática para 2014 a Pobreza Infantil, problema que, pela sua visibilidade, intensidade, extensão e persistência, tem suscitado forte preocupação ao nível europeu, tendo mesmo sido declarada uma prioridade da União Europeia no âmbito da Estratégia *Europa 2020* bem como entre o vasto leque de pessoas e organizações que promovem a luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa.

Tendo em conta a relevância do tema e com o intuito de aprofundar o seu conhecimento e encontrar pistas de orientação para uma actuação futura, o Observatório pretendeu dinamizar a discussão sobre a Pobreza Infantil em Lisboa através dos Encontros do Observatório.

Como tem sido habitual nos Encontros do Observatório pretendeu-se reunir um pequeno número de participantes num espaço informal, de modo a facilitar a troca de conhecimentos, o debate e a reflexão. Neste sentido, foram realizados dois encontros em dois momentos distintos: um primeiro que contou com a presença de alguns investigadores com interesse e trabalho desenvolvido no âmbito da pobreza infantil e um segundo encontro dirigido a instituições e projectos que desenvolvem trabalho junto de crianças e jovens da cidade de Lisboa.

No sentido de orientar a discussão nestes dois momentos, foram lançadas as seguintes questões de reflexão:

- ▶ A insuficiência de dados é um dos desafios principais no conhecimento da Pobreza Infantil. Neste sentido, para onde deveremos olhar quando falamos de Pobreza Infantil em Lisboa? Quais são os indicadores, fontes, e metodologias que permitirão conhecer a Pobreza Infantil na cidade tendo em conta que a informação produzida ao nível do concelho é insuficiente ou inexistente?
- ▶ Como obter informação de forma regular relativa às próprias crianças, para além da referente aos agregados familiares?
- ▶ O que distingue a cidade de Lisboa do restante território? Há especificidades que podem levar a distinguir as causas e manifestação da Pobreza infantil em Lisboa?
- ▶ Como se manifestam a crise e as medidas de austeridade na Pobreza infantil, no que se refere à sua extensão, intensidade e características na cidade de Lisboa? Que potencialidades e vulnerabilidades específicas marcam este território?
- ▶ Em Lisboa, o foco da intervenção na prevenção e combate à Pobreza infantil deverá incidir em alguma área específica com maior relevância na cidade (educação formal e/ou não formal, saúde, habitação, rendimento), em alguma resposta em particular ou em algum grupo etário especialmente vulnerável?
- ▶ Como, caso seja possível ou desejável, deveremos identificar áreas prioritárias de intervenção?

1.1 Resultados da discussão

Ao longo dos dois encontros surgiram vários temas e preocupações que enquadrámos nas seguintes dimensões/níveis:

a) Informação

Foi consensual na discussão que a definição de uma estratégia que produza bons resultados só pode ser conseguida através de um diagnóstico baseado em informação regular e actual.

Se a informação oficial disponível sobre a pobreza em geral sofre com o desfasamento no tempo e a falta de indicadores, no que concerne ao conhecimento sobre pobreza infantil, objectivamente, a informação continua a ser muito parca e difícil de obter, mesmo vivendo numa sociedade da informação como a actual.

Numa situação de profunda crise económica como a que vivemos actualmente, associada a medidas cujo impacto na vida das famílias e crianças é forte e evidente, torna-se ainda mais premente a necessidade de conhecer qual o seu impacto.

Assim, ao nível da informação destacaram-se os seguintes pontos/aspectos:

Informação	Escassez de informação
	Dificuldade na obtenção de informação
	Perda de informação (não há séries temporais)
	Dispersão de informação
	Falta de sistematização e actualização de informação
	Inexistência da unidade estatística “criança”
	Estudos parcelares
	Inexistência de dados desagregados a nível de freguesia

b) Preocupações/Constatações

Foi abordado o facto de existir uma certa recusa em voltar a olhar para temas que no passado existiram e que agora estão a ressurgir, nomeadamente, casos de mendicidade relacionados com redes organizadas de tráfico de crianças.

Foi referida também, a importância do investimento na 1ª infância, sendo fundamental a protecção social junto de famílias com crianças dos 0 aos 3 anos tendo surgido a questão de como se actua junta de famílias com crianças nesta faixa etária.

Preocupações/ Constatações	Riscos que a pobreza provoca: crime, delinquência, perda de oportunidades educacionais
	Pobreza e crianças com deficiências ou progenitores com deficiência
	Políticas de apoio à 1ª infância (dos 0-3 anos está pouco coberta, sendo uma faixa etária fundamental)
	Nova realidade: famílias de classe média em que a situação monetária é muito frágil
	Não se está a trabalhar na autonomização das crianças
	A pobreza serve de cobertura a muitos crimes organizados
	Educação especial: o impacto nestas crianças dos cortes efectuados
	Crianças pobres em famílias “ricas”?
	Área da saúde é prioritária e onde as famílias cortam mais
	Estratégias de investimento que famílias pobres adoptam para que os seus filhos saiam da situação de pobreza
	O quanto as famílias se endividam na fase da 1ª infância

c) Foco de análise

Questionou-se qual deverá ser o foco de análise quando se estuda a pobreza infantil. Deverá incidir apenas nas famílias e nas competências parentais ou também se deverá olhar para as crianças como principal unidade de análise? E a atenção dever-se-á dirigir unicamente para a vertente económica dos rendimentos ou para as restantes condicionantes que influenciam o nível de bem-estar?

Foco	Pobreza é apenas escassez de rendimentos? Que outras condicionantes existem?
	Intervir com quem? Com a criança? Com a família?

d) Fontes

São várias as entidades que possuem informação relativa a diversas dimensões sobre crianças e jovens, como é o caso da saúde e educação e, por isso, consideradas como fontes privilegiadas e parceiras indispensáveis no conhecimento sobre a pobreza infantil.

Fontes	Escolas/Escolas TEIP
	Centros de saúde
	Associações de pais
	Juntas de Freguesia
	Núcleos de apoio às crianças mal tratadas (hospitais)
	Equipas de saúde escolar
	Programa PERA – Programa Escolar de Reforço Alimentar
	Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância – Equipas Locais de Intervenção

e) Metodologias a adoptar no estudo do tema

Destaque para a importância de metodologias que permitam a auscultação directa das crianças.

Metodologias	Estudos qualitativos com auscultação directa das crianças (através de entrevistas analisar as condições de vida das crianças)
	A existência de estruturas de participação e representação é um dos maiores desafios

f) Situações mais vulneráveis

Foram destacados vários grupos específicos onde a vulnerabilidade à situação de pobreza é mais forte, entre as quais, as crianças portadoras de deficiência e as pertencentes a minorias étnicas.

Abordou-se a fragilidade em que estas crianças se encontram, reforçada com as novas regras em vigor, nomeadamente, a prova de condição de doença crónica que têm que apresentar todos os anos, medicação sem comparticipação, cortes de apoios sociais e pagamento de taxas moderadoras.

Situações mais vulneráveis	Forte relação entre a participação no mercado de trabalho e a pobreza infantil
	Forte relação entre a existência de um progenitor portador de deficiência e pobreza infantil
	Crianças com deficiência
	Famílias monoparentais e famílias numerosas: aumento do risco de situações de pobreza infantil
	Famílias originárias de minorias étnicas (concretamente Comunidades Ciganas)

g) Institucionalização

No que diz respeito à institucionalização, foi referido o retrocesso sentido nesta área reflectido quer na proposta de redução de técnicos, quer na não aplicação de medidas de acolhimento institucional devido aos custos associados.

Institucionalização	Retrocesso: proposta de redução dos técnicos
	Crescimento do número de crianças institucionalizadas confiadas à tutela do director
	Não aplicação de medidas de acolhimento institucional devido aos custos associados
	Lares de infância e juventude em crise
	Desistência de processos de adopção

h) Lisboa: especificidades

Dentro das especificidades foram abordadas questões distintas, entre as quais, o tráfico de crianças relacionado com a mendicidade, referindo-se que Lisboa é um ponto geograficamente estratégico para as redes organizadas. Também foi referida a falta de sentido de comunidade existente junto dos tecidos associativos existentes na cidade, estando estes menos ligados às questões das crianças, esperando-se por isso mais da cidade de Lisboa.

Lisboa: especificidades	Monoparentalidade (referiu-se a importância da monoparentalidade masculina)
	Assimetrias territoriais
	Menor sentido de comunidade /falta de força associativa no território
	Assimetrias na escolaridade dos pais: famílias com altas qualificações e famílias com muito baixas qualificações
	Segregação territorial: mais do que falar de comunidades, falamos de bairros, bolsas de pobreza
	Os tecidos associativos estão menos ligados à realidade das crianças
	Tráfico de crianças
	O nível de freguesia, <i>modos vivendi</i> particular e de enfoque específico

i) Educação Parental

A Educação Parental, na perspectiva das instituições presentes, é fundamental para o combate à pobreza infantil, contudo, é uma área cujo sucesso é difícil de assegurar.

O reforço de competências familiares em áreas como gestão orçamental e saúde alimentar foram dois aspectos identificados como sendo fundamentais.

Educação Parental	Apesar de estar contemplado na lei, pouco se faz em termos práticos.
	Trabalhar competências parentais em modo individual e não em grupo.
	Dificuldade de adesão das famílias, principalmente quando a formação parental se faz em grupo.
	A educação parental “típica” não produz os resultados esperados. Algumas actividades menos formais podem ser mais eficazes (teatro-fórum, filosofia...)
	Necessidade de encontrar outras formas de intervir com as famílias.
	<i>Refreshment</i> das instituições e no modo de intervir: fugir da tipificação da educação parental e alargar o âmbito de intervenção.

j) Aumento de vulnerabilidade económica/Apoios sociais

O aumento das fragilidades económicas foi referido como uma das causas para o surgimento e agravamento de algumas situações de vulnerabilidade social, como é o caso do aumento da violência doméstica, as quais despoletam depressões graves que resultam posteriormente em casos de negligência infantil.

Na área da educação e dos apoios sociais, esta vulnerabilidade reflecte-se no facto de 46% das crianças do ensino pré-escolar e 1º ciclo da cidade de Lisboa receberem apoio social (escalão A e B) e de se ter registado um aumento de famílias cujas crianças estão incluídas no escalão C a pedir apoio.

Apoios Sociais	Cortes nos apoios sociais, reflectindo-se no aumento de pessoas que procuram as carrinhas de distribuição de alimentos.
	Aumento de famílias com apoio do RSI. Por exemplo, as famílias com RSI aumentaram 8% na Casa Pia de Lisboa, equivalendo a 2.800 educandos.
	Acumulação de dívidas.

k) Sinalização de casos nas Comissões de Protecção de Menores de Lisboa (CPCJ)

Relativamente aos novos casos sinalizados foi referido a existência de uma maior diversificação nas problemáticas registadas, exigindo uma adequação da intervenção e das respostas existentes.

Sinalização de casos nas CPCJ de Lisboa	Aumento do volume processual registado na CPCJ Lisboa Ocidental no ano de 2013, contrariando a tendência dos anos anteriores.
	Maior diversificação nas problemáticas observadas nos novos processos abertos.
	Maior necessidade de intervenção das entidades de 1º nível.
	Quem trabalha as famílias dos jovens que estão institucionalizados?
	Aumento de situações que chegam em fase limite.
Aumento de sinalização por parte das próprias famílias e por parte de vizinhos.	

l) Acolhimento Institucional

No que concerne à institucionalização, destacou-se o facto de existirem falta de recursos e instituições especializadas direccionadas para questões específicas, como é o caso de jovens com doença mental, não existindo actualmente respostas institucionais adequadas.

Outro foco referido foi o maior apoio que se deve dar à autonomização dos jovens institucionalizados.

Acolhimento Institucional	Desresponsabilização das famílias implica aumento da institucionalização (saturação das famílias com jovens adolescentes em processo de marginalização).
	Falta de respostas na área da saúde mental: a saúde mental é um problema muito grande nos processos de institucionalização.
	Maior apoio à autonomia de jovens institucionalizados.
	Trabalhar os jovens individualmente pois nem sempre o regresso, pelo menos imediato, à família é a opção mais adequada.

m) Mudança Organizacional

No que diz respeito à actuação das organizações que dirigem o seu trabalho para as crianças e jovens foi referida a necessidade de existir uma intervenção transversal e em rede que permita uma maior integração e melhor adequação das respostas.

Por outro lado, também foi focada a importância das próprias organizações se reorganizarem, encontrando outros modelos de intervenção, ajustando assim o modo de intervir às reais necessidades do público-alvo, sejam as famílias, sejam as crianças e jovens, fugindo das respostas padrão e típicas muitas vezes adoptadas.

Intervenção Organizacional	Importância da intervenção transversal e em rede.
	Pouca articulação no terreno/articulação difícil.
	Falta de cooperação entre as instituições.
	Falta de respostas na comunidade.
	Escola e saúde fazem falta para esta discussão.
	<i>Refreshment</i> das instituições.

n) Outras preocupações/Constatações

O aumento de situações de carência económica em conjunto com a gradual desvalorização da educação poderá levar ao aumento de casos de abandono escolar.

Preocupações/Constatações	Há sinalização de crianças que não estão nas escolas. O insucesso escolar e o abandono têm vindo a aumentar.
	O número de atendimentos que efectuam impede de trabalhar com qualidade.
	Os “Novos” Pobres: famílias que devido a situações de desemprego ou cortes no orçamento familiar se encontram em situação de vulnerabilidade económica e que por vezes continuam invisíveis (“pobreza envergonhada”).
	Sobrelotação das casas.
	Mendicidade.
	Sinalização de casos de crianças em fuga das instituições e da família.

Actividade	Objectivo	Acções realizadas	Resultados
Encontros do Observatório “Pobreza Infantil”	Dinamizar a discussão sobre a Pobreza Infantil em Lisboa	<p>Realização de 2 encontros:</p> <p>- 1º encontro (03 Abril) Investigadores convidados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ana Nunes de Almeida, Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa - Amélia Bastos, Instituto Superior de Economia e Gestão - Maria João Leote Carvalho, CESNOVA/FCSH - Universidade Nova de Lisboa - Maria João Vargas Moniz, Instituto Superior de Psicologia Aplicada - Sandra Mateus, CIES/ISCTE-IUL - Sofia Rodrigues, Universidade de Aveiro <p>- 2º encontro (23 Maio) Instituições/projectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Associação Jovens Seguros/Projecto Escolhas “IntendArte” 2. Associação Raízes/Projecto Escolhas “Entrelaços” 3. Câmara Municipal de Lisboa – Departamento de Educação 4. Casa Pia de Lisboa 5. CPCJ Lisboa Ocidental 6. CPCJ Lisboa Norte 7. CPCJ Lisboa Centro 8. Fundação Benfica/Projecto “Para ti se não faltares” 9. Fundação Calouste Gulbenkian/Programa Desenvolvimento Humano 10. Fundação São João de Deus/Projecto Escolhas “Sementes a Crescer” 11. Instituto de Apoio à Criança/Projecto Rua 12. ISS/Centro Distrital de Lisboa - Núcleo de Infância e Juventude 13. Junta de Freguesia de Alcântara 14. Junta de Freguesia de Campolide 15. Junta de Freguesia da Estrela 16. Junta de Freguesia Parque das Nações 17. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa/Equipas de Apoio à Família 	<p>Realização de 2 encontros</p> <p>Conclusões dos encontros</p>

D. Barómetro de Pessoas em Situação Vulnerável (Fase II)

O barómetro de pessoas que se encontram em situação vulnerável no concelho de Lisboa tem como finalidade compreender as dinâmicas de pobreza na cidade de Lisboa através da aplicação da metodologia de painel e de uma análise longitudinal. É assim, um exercício de participação, permitindo que a pobreza fale na primeira pessoa.

Em 2011, através da entrevista a cerca de 80 famílias residentes na cidade de Lisboa e que se encontram em situação de pobreza e/ou exclusão social, este estudo pretendeu analisar o impacto de políticas, medidas, programas e iniciativas promovidas pelo Estado e pela Sociedade Civil de combate à pobreza e tipificar os percursos de inclusão / exclusão, suas causas, processos e estratégias das famílias em situação de pobreza, monitorizando assim a evolução da pobreza na cidade. Para a concretização destes objectivos consubstanciou-se o aprofundamento de seis perfis de pobreza - trabalhadores pobres, desempregados, cuidadoras informais, incapacitadas para o trabalho por motivo de doença, desafiados e idosos em situação de vulnerabilidade - definidos em torno das seguintes premissas: possibilidade de acções individuais e colectivas, idade e condição de saúde, pertença ou não ao mercado de trabalho.

No final de 2013 deu-se início à operacionalização da segunda fase do estudo Barómetro de pessoas em situação vulnerável, cuja continuação e finalização decorreu ao longo do ano 2014, dando seguimento à parceria estabelecida com o centro de estudos Dinâmia'CET-IUL. Assentando numa abordagem que pressupõe seguir os percursos de vida das mesmas pessoas ao longo dos anos, em 2014 prosseguiu-se com uma segunda vaga de contactos com as mesmas pessoas, tendo-se conseguido entrevistar 57 das 76 pessoas entrevistadas em 2011. Foi possível assim efectuar o acompanhamento da sua situação ao longo do tempo e captar a forma como avaliam a sua situação, o seu próprio percurso e perspectivas futuras, bem como as políticas, medidas e processos em que estão envolvidos e respectivos resultados.

As grandes conclusões retiradas desta segunda fase do estudo foram as seguintes:

- Um **agravamento da situação de vulnerabilidade** em todos os perfis estudados, fruto em larga medida da ausência de respostas às necessidades mais básicas, como é o rendimento, habitação e saúde;
- O **impacto gravoso do recuo das políticas sociais** nas condições de vida e na percepção dos entrevistados sobre o futuro e sobre a comunidade política onde estão inseridos;
- A **percepção dos entrevistados de que os recursos estão desigualmente distribuídos** e de que as políticas sociais são quantitativa e qualitativamente insuficientes;
- Aumento da desconfiança sobre os sistemas de governação e da sociedade portuguesa como um todo;
- Um **sentimento de incerteza e de risco face ao futuro**.

A apresentação pública do estudo foi feita dia 10 de Novembro.

Actividade	Objectivo	Acções realizadas	Resultados
“Barómetro de pessoas que se encontram em situação vulnerável” (2ª fase)	Seguir os percursos de vida das mesmas pessoas de modo a aprofundar o conhecimento do processo de (des)vulnerabilização	- Elaboração do relatório	Conclusão do estudo Apresentação pública

E. Elaboração do Referencial Estratégico para Monitorização do Desenvolvimento Social de Lisboa

O Referencial Estratégico para monitorização do Desenvolvimento Social de Lisboa é uma das actividades incluídas no Plano de Desenvolvimento Social 2013-2015 da Rede Social de Lisboa.

No ano de 2014, após aprovação em Comissão Local de Acção Social (12 Março de 2014) do modelo proposto pelo Observatório de luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa, deu-se início à fase de operacionalização do mesmo.

Tendo em conta a consensualização a nível europeu no que se refere à análise da coesão social e tomando em atenção também as especificidades locais definiram-se domínios de análise (Rendimentos e meios de vida, Mercado de Trabalho, Educação, Saúde e Habitação) para os quais foram sinalizados indicadores capazes de permitir esboçar um primeiro retrato, enquadrando a sua caracterização ao longo do tempo e do território. A estes domínios agregou-se a demografia, área transversal que desempenha um papel fundamental na compreensão e contextualização da realidade socioeconómica da cidade de Lisboa.

Tendo em conta que a finalidade do Referencial Estratégico não é efectuar a caracterização de cada uma das áreas identificadas, mas sim monitorizar alguns dos seus indicadores de modo a avaliar as alterações que se verifiquem no que se refere à procura da coesão social na cidade de Lisboa, a sinalização dos indicadores evitou cair na tentação de compilar um conjunto vasto de informação, o que desvirtuaria o objectivo deste instrumento, focando-se na recolha de um número restrito de indicadores, mas com capacidade de responder ao proposto.

Tendo em mente esse propósito, os critérios na selecção dos indicadores seguiram este princípio, tendo ao mesmo tempo em conta outras características, nomeadamente, o âmbito geográfico (concelho, regional e nacional), a credibilidade e actualidade de informação, a facilidade de aceder à mesma e a capacidade em assegurar uma série cronológica de dimensão suficiente para avaliar o seu desempenho e sensibilidade.

O âmbito territorial e a periodicidade dos dados possibilitaram uma primeira categorização dos indicadores em três categorias: os *indicadores de Nível 1*, de Nível 2 e os *indicadores de Alerta*, os quais, no seu conjunto, permitirão acompanhar informação que remete para características estruturais, cujas mutações são normalmente lentas, se bem que determinantes, e, em simultâneo, dar conta de mudanças mais imediatas, as quais, mesmo sendo conjunturais, afectam fortemente a vida quotidiana dos indivíduos, famílias e comunidades.

Os indicadores de Nível 1 são aqueles que transportam informação directamente reportada ao concelho com periodicidade necessária ao acompanhamento da evolução de cada um dos domínios (no mínimo anual), e que, em simultâneo, sustentem a comparabilidade da situação local com outra de âmbito regional (AML, Distrito, Grande Lisboa, conforme os casos) e nacional (país ou continente, consoante as fontes). Os indicadores de Nível 2 são aqueles que, apesar de não veicularem informação sobre o âmbito territorial desejado (concelho de Lisboa) ou na periodicidade pretendida (no mínimo anual), são nucleares na caracterização do domínio no que se refere à promoção da coesão social, contribuindo para a sua compreensão e avaliação e asseguram, em paralelo, a comparabilidade com o desempenho a nível nacional (país ou continente) e internacional (Eurostat). Os indicadores de alerta, por fim, serão aqueles que, fazendo ou não parte do conjunto dos indicadores de monitorização de nível 1, devido à sua sensibilidade e periodicidade permitem detectar com actualidade alterações de conjuntura, o que implica a capacidade de assegurar a sua actualização trimestral.

Ao longo deste processo de identificação e recolha de informação vários contactos foram efectuados no sentido de disponibilização de informação (ver anexo com lista de contactos efectuados em 2014), contudo, enfrentaram-se alguns constrangimentos que limitaram a escolha de indicadores, entre os quais se destaca:

- a **falta de dados com a série cronológica completa**, sendo essencial ter para todos os indicadores escolhidos dados desde 2008 e garantir a sua alimentação anual;
- a **ausência de informação a nível concelhio**, como é o caso por exemplo de informação relativa à Taxa de Desemprego, só disponível por região, tendo a sua falta sido minimizada por dados referentes aos desempregados inscritos nos centros de emprego;
- a **participação efectiva e regular das fontes ou a sua falta de comprometimento**, como é o caso da informação referente às prestações sociais ainda não desbloqueada,
- a **dificuldade em isolar indicadores relevantes que digam directamente respeito ao objectivo do Referencial**, como é no caso da área da Saúde.

Enfrentando estas e outras limitações, no 1º semestre de 2014 foi possível reunir as condições que permitiram avançar na proposta de Referencial Estratégico, conforme informação que o quadro seguinte apresenta:

Quadro 1: Lista de indicadores seleccionados

INDICADORES	Âmbito			Periodicidade			Categoria		
	Municipal	Regional	Nacional	Inferior a anual	Anual	Superior a anual	Nível 1	Nível 2	Alerta
RENDIMENTOS E MEIOS DE VIDA									
Ganho médio mensal	√	√	√	-	√	-	-	√	-
IpC –Poder de compra concelhio	√	√	√	-	-	√	-	√	-
Indicador de poder de compra per capita	√	√	√	-	-	√	-	√	-
Subsídios de desemprego - beneficiários	√	√	√	√	-	-	√	-	√
Subsídios de desemprego – valor processado	√	√	√	√	-	-	√	-	-
Rendimento Social Inserção - beneficiários	√	√	√	√	-	-	√	-	√
Abono de Família – Beneficiários	√	√	√	√	-	-	√		
Abono de Família – Valor processado	√	√	√	√	-	-	√		
Complemento Solidário Idosos	√	√	√	√	-	-	√	-	√
Venda de automóveis ligeiros	√	√	√	-	√	-	√	-	-
Famílias sobre endividadas (DECO)	√	√	√	√	-	-	-	-	√
MERCADO DE TRABALHO									
Taxa de actividade	-	√	√	√	-	-		√	-
Taxa de emprego	-	√	√	√	-	-		√	-
Taxa de desemprego	-	√	√	√	-	-		√	-
Estabelecimentos	√	√	√	-	√	-	√		-
Pessoal ao serviço dos estabelecimentos	√	√	√	-	√	-	√		-
Desempregados inscritos	√	√	√	√	-	-	√		√
Despedimentos colectivos	√	√	√	√	-	-	√		-

EDUCAÇÃO

Taxa bruta de escolarização no ensino básico	√	√	√		√		
Taxa bruta de escolarização no ensino secundário	√	√	√		√		√
Taxa de retenção e desistência ensino básico	√	√	√		√		√
Taxa de retenção e desistência ensino secundário	√	√	√		√		√
Taxa de analfabetismo	√	√	√			√	√
Taxa de abandono escolar	√	√	√			√	√
Escolaridade da população residente	√	√	√			√	√
Crianças na educação pré-escolar com apoio social escolar	√	-	-	-	√	-	√- -
Alunos 1º ciclo ensino básico com apoio social escolar	√	-	-	-	√	-	√- -

HABITAÇÃO

Pedidos de habitação municipal (*) ¹	√			-	√	-	√
Cortes de água efectuados / Aviso emitidos (*) ²	√	-	-	√			√
Consumo de gás butano	√	√	√		√		√
Consumo energia eléctrica consumidor doméstico	√	√	√	√			√
Despesa anual média por agregado (% habitação)	-	√	√			√	√
Escalão do valor da renda dos alojamentos clássicos	√	√	√	-	-	√	√

Saúde

Utentes do SNS inscritos nos Cuidados de Saúde Primários com insuficiência económica	√	√	√		√	-	√
Nº pedidos de isenção de pagamento de taxas moderadoras por motivo	√	√	√		√		√

¹ Este indicador será complementado com informação que permite a comparação com outros indicadores de âmbito regional e nacional.

² Este indicador será complementado com informação que permite a comparação com outros indicadores de âmbito regional e nacional.

N.º de beneficiários da SCML com cartão de saúde	√			√	√		√
DEMOGRAFIA							
População residente	√	√	√		√		
Proporção da população em idade activa	√	√	√		√		
Índice de dependência de idosos	√	√	√		√		
Índice de envelhecimento		√	√	√		√	
Índice dependência jovens	√	√	√		√		
Índice de longevidade	√	√	√		√		
Índice de renovação	√	√	√		√		

Assim, para as dimensões Rendimentos e meios de vida, Mercado de Trabalho, Educação e Habitação foram apresentados indicadores pertencentes aos vários níveis definidos (Nível 1, Nível 2 e alerta), tendo para os mesmos sido elaboradas Fichas por Domínio, as quais são compostas pelas seguintes informações:

- Valores da série cronológica disponível;
- Variação ocorrida nesse período de tempo;
- Análise breve sobre a evolução desse indicador;
- Análise breve sobre a evolução do indicador no Concelho de Lisboa, por comparação com o âmbito regional e nacional;
- Indicação dos números de referência da série, ou seja, dos valores que, por razões se destacam no período em análise e que deverão servir de referência a análises futuras.

No quadro seguinte encontra-se um exemplo de como são apresentadas as Fichas por Domínio.³

³ Para maior detalhe sobre o modelo adoptado e análise ver Relatório do Referencial Estratégico 2014 - Semestral e Anual

Quadro 2: Exemplo - Ficha por Domínio Rendimentos e Meios de Vida

Rendimentos e Meios de Vida - Nível 1

Subsídios de desemprego - beneficiários

Definição

Beneficiários de subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego inicial, subsídio social de desemprego subsequente e prolongamento de subsídio social de desemprego.

Dados

Série cronológica: 2006 – 2012

Periodicidade: anual

Unidade: número

Fonte: INE – Anuários Estatísticos, Beneficiários dos subsídios de desemprego da Segurança Social por município

Cálculos: OLCPL

Evolução

Entre 2006 e 2012 o número de beneficiários de subsídios de desemprego conheceu um forte aumento: 26% a nível nacional, o que corresponde a um acréscimo de 131.881 pessoas. Apenas num ano, entre 2011 e 2012, este aumento foi de 85.105 pessoas.

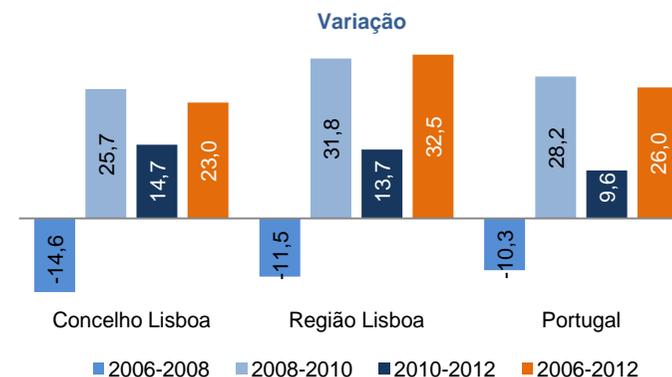
De facto, apesar da diminuição do número destes beneficiários registada até 2008, acompanhando a redução do desemprego, a partir de 2009 inicia-se uma trajetória ascendente, apenas interrompida em 2011, para ser retomada no ano seguinte atingindo os valores mais altos destes sete anos, tanto em Lisboa, como na Região e no País.

Em 2009 registou-se o maior aumento em todas as unidades territoriais, cerca de 21%, reflectindo o forte aumento do desemprego registado nesse ano.

Comportamento de Lisboa face à Região e ao Continente

Entre 2006 e 2012 Lisboa regista um aumento do número de beneficiários inferior ao dos restantes territórios, se bem que entre 2010 e 2012 tenha sido a unidade territorial que conheceu maior aumento, perto dos 15%, ou seja, mais cerca de 3.600 pessoas. No último ano, aliás, a percentagem de variação registada em Lisboa (17%), idêntica à da Região, superou em cerca de 2 p.p. a verificada no Continente.

Subsídios desemprego - beneficiários (nº)			
Ano	Concelho Lisboa	Região Lisboa	Portugal
2006	20.132	120.960	506.436
2007	18.357	112.729	474.708
2008	17.188	107.017	454.518
2009	20.704	131.595	547.455
2010	21.604	140.995	582.607
2011	21.151	137.145	553.212
2012	24.771	160.312	638.317
2013	25.807	166.203	654.933



Números de referência da série – concelho de Lisboa

Valor mais elevado: 24.771, em 2012

Valor mais baixo: 17.188, em 2008

Variação percentual mais alta face ao ano anterior: 20,5%, em 2009

Variação percentual mais baixa face ao ano anterior: - 8,8% em 2006

Variação absoluta mais alta: 3.620, em 2012

Variação absoluta mais baixa: - 1.775 em 2006

Assim, no relatório semestral foi apresentada para cada indicador uma análise sintética tendo por base informação referente a um período cronológico no qual o ponto de partida para a maioria teve por base o ano 2008, ano geralmente indicado como marco do início da crise internacional, permitindo acompanhar a evolução dos indicadores desde esse momento, passando por 2011, ano dos dados dos últimos Censos e da assinatura do Programa de Reajustamento Económico e Financeiro, até 2012⁴. Em alguns casos, como o dos dados relativos aos inscritos nos centros de emprego, por exemplo, a recolha de informação é relativa a 2004, permitindo assim caracterizar os anos que precederam o início da crise e avaliar a sua evolução nos anos posteriores.

Após esta análise efectuou-se uma síntese da evolução por domínio conseguida através da agregação da informação que cada indicador possuía para cada ano da cronologia. Tal foi possível obter através da transformação dos dados em números índice e respectivo cálculo da média, resultando para cada dimensão um indicador síntese conforme a seguir se exemplifica:

⁴ (no relatório semestral todos os indicadores seguiram o período cronológico 2008-2012, sendo que no relatório final os mesmos serão actualizados ao ano de 2013)

Quadro 3: Exemplo - Síntese Dimensão Rendimento e Condições de Vida

Síntese Rendimento e condições de vida

Síntese Rendimento e Condições de Vida – concelho de Lisboa

Síntese resultante da média aritmética simples de números índices, com base no ano 2008, de oito variáveis: ganho médio mensal, venda de automóveis, beneficiários e valor dos subsídios de desemprego, beneficiários do Rendimento Social de Inserção e Complemento Solidário para Idosos. Os dados dos abonos de família foram retirados em consequência das suas variações abruptas fruto de alterações às regras.

Dados

Série cronológica: 2008 – 2012

Periodicidade: anual

Unidade: %

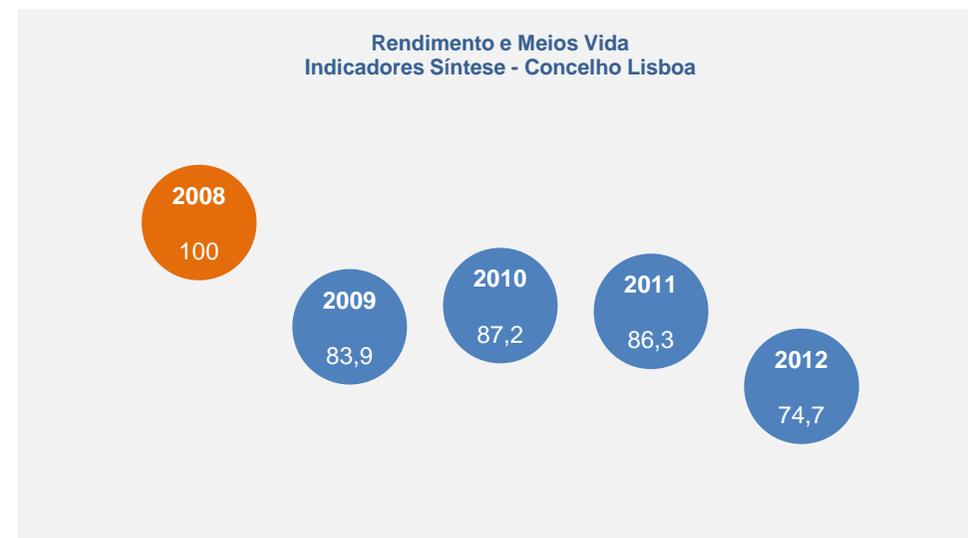
Cálculos: OLCP

Evolução

A evolução média dos números índice revela uma clara quebra em 2009, seguindo-se dois anos de ligeira recuperação, graças a aumentos do ganho médio e da venda de automóveis, mas sempre abaixo dos valores registados em 2008. É a quebra de venda de automóveis e dados relativos aos subsídios de desemprego que mais contribuem para esta diminuição.

Em 2012 a deterioração do valor médio é muito forte, mais de 25 pontos abaixo de 2008, revelando-se o pior ano desta série, sobretudo devido ao forte decréscimo na venda de automóveis e agravamento das situações de desemprego, indicadores que assumem neste ano os valores mais baixos deste série cronológica.

Rendimento e meios de vida - Números índice Lisboa (Base=2008)							
Ano	Ganho médio	Venda auto	Sub Des. Valor	Sub Des. Benef	RSI Benef.	CSI	Média
2008	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2009	101,7	71,2	81,2	83,0	82,6	83,6	83,9
2010	104,7	109,6	74,9	79,6	71,1	83,4	87,2
2011	101,1	96,3	77,1	81,3	75,9	86,4	86,3
2012	99,3	55,0	61,7	69,4	78,4	84,3	74,7



No relatório anual submetido à Rede Social de Lisboa foi efectuada uma actualização dos dados apresentados no relatório semestral, introduzindo informação mais recente, sendo na maioria dos casos relativo ao ano 2013.

Algumas das limitações referidas anteriormente ainda não foram ultrapassadas, como é o caso da falta de indicadores que alimentem a dimensão da Saúde. Apesar dos avanços efectuados através das várias reuniões realizadas com entidades da área, bem como a análise a estudos recentemente publicados, terem permitido clarificar dúvidas relativamente à pertinência e relação de indicadores de saúde para a análise da coesão social e assim identificar três indicadores que correspondem a estas características (Utentes do SNS inscritos nos Cuidados de Saúde Primários com insuficiência económica, Nº de pedidos de isenção de pagamento de taxas moderadoras por motivo, Nº de beneficiários da SCML com cartão de saúde), ainda não é possível apresentar uma ficha de domínio para esta dimensão pelo facto de para os dois primeiros indicadores não possuímos dados que permitam fazer a análise de acordo com a dimensão cronológica estipulada.

A não disponibilização de dados de âmbito concelhio relativos às prestações sociais é outra lacuna ainda existente no momento da realização deste relatório e que impede a evolução do Referencial Estratégico para uma análise trimestral dos dados incorporados no patamar de alerta.

Ao longo deste processo também se procedeu à auscultação, de modo individual e colectivo, de vários grupos de missão que constituem o PDS 2013-2015, permitindo paralelamente acompanhar a evolução das respectivas actividades, mas sobretudo dar indicação do processo do Referencial Estratégico e o modo como poderiam contribuir para o mesmo.

Actividade	Objectivo	Acções realizadas	Resultados
<p>Elaboração do Referencial Estratégico para monitorização do Desenvolvimento Social de Lisboa</p>	<p>Elaborar um documento orientador do planeamento com vista à promoção de Lisboa como cidade da inclusão social, constituindo-se como referência para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - monitorizar e avaliar a evolução das condições sociais e económicas no concelho de Lisboa por referência a esse desafio central; - avaliar a forma como a cidade enfrenta o desafio da inclusão social em consequência de acções de nível local mas também das políticas e medidas de âmbito nacional e europeu, contribuindo para a avaliação e definição de políticas e medidas nos três níveis; - fomentar o reforço, redefinição ou introdução de actividades e prioridades no decurso da vigência do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) 2013-2015 e na preparação do plano seguinte, e promover a sua articulação com outras intervenções estratégicas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa e análise documental ; - Apresentação do documento com a estruturação da actividade em reunião de CLAS; - Recolha e análise de informação estatística; - Preenchimento das Fichas por Domínio com indicadores de acordo com a série cronológica 2008- 2012; - Pedidos de colaboração com as seguintes entidades : Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Administração Regional de Saúde-LVT, Comissão Protecção Crianças e Jovens Lisboa, Comissão Nacional Protecção Crianças e Jovens em Risco; Direcção Geral de Educação, Administração Central do Sistema de Saúde, CML/Desenvolvimento Social, CML/Educação, CML/Habituação, Direcção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência, Delegação Regional de Educação LVT, Associação Nacional de Escolas Profissionais, Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, Secretaria de Estado do Ensino e Administração Escolar, Universidade de Lisboa, INE, Banco Alimentar de Lisboa, ISS, IP; ACES Norte; Rede Médicos Sentinela. - Reuniões com os Grupos de Missão - Reuniões com a Comissão Executiva da Rede Social de Lisboa - Reunião com Comissão Tripartida da Rede Social de Lisboa 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação do documento em reunião de CLAS (12 Março de 2014) - Relatório intermédio que apresenta a primeira versão de Fichas por Domínio com o conjunto de indicadores recolhidos para cada área - Relatório final

F. Indicadores de Alerta

Em 2013 procedeu-se à estruturação da base desta actividade, construindo os alicerces para o seu desenvolvimento. Da vasta listagem de indicadores identificados, realizou-se no primeiro semestre de 2014 um primeiro teste à qualidade desses indicadores no sentido de apurar aqueles que melhor respondiam às características referenciadas como sendo determinantes para a sua selecção (periodicidade, série cronológica, regularidade na cedência de dados por parte da fonte, referência ao concelho de Lisboa), efectuando-se um primeiro ensaio de índice, denominado Índice de Precariedade. A sua concepção e respectiva validação obteve a cooperação do Professor Carlos Farinha Rodrigues, docente e investigador no Instituto Superior de Economia e Gestão, que desde o início acompanhou a elaboração desta actividade.

Encerrar o processo de selecção dos indicadores para poder prosseguir para a próxima fase não foi um processo fácil, estando as dificuldades relacionadas nuns casos com a **série cronológica incompleta** (2008-2013), com a instabilidade no que se refere à **periodicidade e frequência de informação**, quer ainda pela dificuldade em encontrar informação pertinente de acordo com o **âmbito geográfico** considerado (concelho de Lisboa).

Noutros casos, o comportamento de um determinado indicador ao longo do tempo desaconselhou a sua utilização ou por revelar **alterações bruscas motivadas por mudança de regras**, como foi o caso do número de pedidos de habitação municipal que sofreu uma forte alteração com a entrada em vigor de um novo Regulamento em 2010, ou dos beneficiários de RSI, cuja alteração de regras veio igualmente enviesar a leitura dos números; por demonstrar **insensibilidade** (estabilidade) nos períodos de tempo pretendidos, como se verifica com a taxa real de escolarização ou pela sua **redundância, acabando vários indicadores** transmitir a mesma informação como sucede com diferentes indicadores de desemprego registados nos centros de emprego.

Cada uma destas dificuldades por si só, ou a sua soma, impediram que áreas como a Habitação ou a Saúde não estivessem abrangidas na versão final do teste do Índice apresentado, tendo sido uma lacuna referenciada.

Contudo, e fazendo face a estes constrangimentos, foi possível recolher junto de diversas fontes, informação com qualidade suficiente para avançar para a próxima fase do projecto. Assim, para além de informação que normalmente já é produzida pelas fontes oficiais e que se encontra disponível nos Anuários Estatísticos do Instituto Nacional de Estatística e nas estatísticas disponibilizadas pelo Ministério da Educação, como é o caso do Ganho médio mensal, do consumo de energia por consumidor doméstico e das Taxas de retenção e desistência, a restante informação foi possível obter devido à cooperação que algumas fontes estabeleceram com o Observatorio no âmbito deste projecto, como é o caso do IEFP, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, da AMI – Acção Médica Internacional, da Câmara Municipal de Lisboa, do Banco Alimentar de Lisboa e da EPAL, permitindo assim ter acesso a informação de nível mais micro, como é o caso do Nº de pessoas apoiadas pelo Banco Alimentar de Lisboa ou o número de beneficiários da SCML com cartão de saúde, por exemplo.

Neste sentido, identificaram-se e seleccionaram-se 17 indicadores que melhor respondiam aos critérios definidos e que se encontram enquadrados nas dimensões que de seguida se apresentam.

1.1 Dimensões e indicadores seleccionados

D1: Trabalho e Remuneração:

Indicadores:

- Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem
- Desempregados inscritos nos centros de emprego com <25 anos
- Desempregados inscritos nos centros de emprego com 25-34 anos
- Desempregados inscritos nos centros de emprego com 35-54 anos
- Desempregados inscritos nos centros de emprego com 55 e + anos

D2: Acesso a Bens e Serviços:

Indicadores:

- Consumo de energia eléctrica por consumidor doméstico (kWh)
- Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante
- Cortes de água efectuados
- Passageiros do metro de Lisboa com passe social

D3: Apoio Social de Emergência:

Indicadores:

- Famílias e pessoas apoiadas pelo Banco Alimentar de Lisboa
- Nº atendimentos - Atendimento Social de Emergência (SCML)
- N.º de beneficiários com cartão de saúde - (SCML)
- Nº de pessoas apoiadas pelos serviços sociais da AMI

D4: Educação:

Indicadores:

- Crianças inscritas na educação pré-escolar com apoio social escolar
- Alunos matriculados no 1º ciclo do ensino básico com apoio social escolar
- Taxa de retenção e desistência no ensino básico
- Taxa de retenção e desistência no ensino secundário

1.2 A construção do Índice de Precariedade

O resultado desta etapa permitiu avançar para a fase seguinte: o ensaio de índice com a agregação dos indicadores seleccionados por dimensão.

Para a construção deste índice seguiu-se um conjunto de critérios⁵, nomeadamente:

- Ano de referência, reconstituindo-se uma serie cronológica desde o ano 2008 (considerado ano base ou de partida);
- Conversão para números índice, permitindo a uniformização e comparabilidade de indicadores com unidades diferentes
- Ponderação, tendo-se optado por atribuir o mesmo peso a cada indicador.

Seguindo estas indicações, o conjunto dos indicadores que compõem cada dimensão, **Trabalho e remuneração** (4 indicadores), **Acesso a bens e serviços** (4 indicadores), **Apoio social de emergência** (4 indicadores) e **Educação** (5 indicadores), permitiu constituir quatro índices por domínio. Estes quatro índices resultaram da média aritmética dos números índice de cada indicador, dos quais foi possível extrair um índice global a que se denominou Índice de Precariedade Social e que reflecte a evolução das condições de vida da população residente na cidade de Lisboa (ver quadro 6).

Pelo facto de este ser um processo contínuo, sendo possível e desejável a introdução de novos indicadores de modo a tornar este índice mais robusto, foram efectuados no segundo semestre do ano vários esforços no sentido de obter mais informação que, por um lado, viesse reforçar algumas das dimensões existentes, como contribuir para o surgimento de outras, como é o caso da habitação e da saúde.

Neste último caso, e apesar das várias reuniões realizadas com entidades da área da saúde, entre as quais com o Grupo de Missão dos Comportamentos Aditivo da Rede Social de Lisboa, a ARS/LVT, representantes dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), Rede Médicos Sentinela, entre outros, bem como a análise de documentos a que tivemos acesso⁶, terem permitindo clarificar dúvidas relativamente à pertinência e relação de indicadores com aumento ou diminuição da precariedade social, como é o caso do “Nº de Utentes do SNS inscritos nos cuidados de saúde primários com insuficiência económica e o “Nº de pedidos de isenção de pagamento de taxas moderadoras por motivo”, neste momento, ainda não é possível adicionar esta dimensão por não termos acesso a dados com a série temporal necessária.

Quando conseguirmos esta informação, há outro indicador relacionado com vulnerabilidade económica e saúde que pretendemos vir a adicionar à dimensão da saúde e que diz respeito ao “Número de beneficiários da SCML com cartão de saúde”.

Deste modo, e de acordo com o quadro nº 5, no final deste ano procedeu-se à actualização dos indicadores existentes, com dados relativos ao ano 2014, contudo, e por a recolha de indicadores relativos ao ano 2014 não ter sido possível para algumas variáveis por estes ainda não se encontrarem disponíveis, tal impediu que se pudesse proceder à actualização do índice por dimensão para o ano 2014 e, conseqüentemente, do cálculo do índice global.

⁵ Ver nota metodológica em anexo.

⁶ PORI – Plano Operacional de Respostas Integradas, resumo do diagnóstico do território concelho de Lisboa, ARSLVT/DICAD, 2013
Retrato da Saúde em Lisboa, ARSLVT, 2013
Portugal, Saúde Mental em números, DGS, 2014

Por este motivo, a análise que se apresenta no relatório final, diz respeito à informação do período 2008-2013.

Apesar das intenções iniciais, reflectidas no relatório semestral, de se vir a testar este índice tendo por base informação trimestral, podendo assim o Índice de Precariedade Social da Cidade de Lisboa vir a ser um produto com esta periodicidade, e apesar dos esforços realizados, tal não foi possível implementar pelo facto de existirem indicadores (por exemplo, ganho médio mensal) cuja informação disponível não possui essa actualização temporal.

Caso se pretenda manter este objectivo, terão que se encontrar indicadores substitutos que transmitam informação semelhante e cuja periodicidade dos dados seja mais regular, cumprindo assim com este critério.

Quadro 4: Índice de Precariedade Social da Cidade de Lisboa – Indicadores por dimensão (actualização 2014)

ÍNDICE DE PRECARIEDADE SOCIAL DA CIDADE DE LISBOA										
fonte	D1 - Trabalho e Remuneração	Unidade	Relação (a)	Série Cronológica						
				2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
INE (AERL), Pordata	Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem (preços 2010)	l	0	1504 (c)	1529 (c)	1575 (c)	1520 (c)	1493 (c)	1492 (c)	-
IEFP	Desempregados inscritos no CE <25 anos	Nº	1	1.693	2.223	2.357	2.237	2.918	3.218	2.469
IEFP	Desempregados inscritos no CE 25-34 anos	Nº	1	4.033	5.535	6.221	5.865	7.183	7.718	5.735
IEFP	Desempregados inscritos no CE 35-54 anos	Nº	1	7.240	9.541	10.974	11.452	13.821	15.512	13.026
IEFP	Desempregados inscritos no CE 55 e + anos	Nº	1	3.599	3.918	4.157	4.148	4.681	5.613	6.104
fonte	D2 - Acesso a Bens e Serviços	Unidade	Relação (a)	Série Cronológica						
INE, AERL	Consumo de energia por consumidor doméstico	kWh	0	2.332	2.542	2.635	2.482	2.317	2.317 (b)	-
INE, AERL	Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante	kWh	0	1.492	1.665	1.768	1.453	1.369	1.369 (b)	-
EPAL	Cortes Água efectuados	Nº	1	10.666	13.393	11.227	10.140	8.228	12.099	10.059
INE, AERL	Passageiros Metro Lisboa com passe social	Nº	1	106.160	112.416	115.361	111.890	100.847	100.847	-
fonte	D3 - Apoio Social de Emergência	Unidade	Relação (a)	Série Cronológica						
BA, Lisboa	Nº pessoas apoiadas pelo Banco Alimentar de Lisboa	Nº	1	13.336	13.491	14.360	15.182	17.630	18.394	18.273
SCML	N.º de atendimentos - Atendimento Social de Emergência - (SCML)	Nº	1	6.035	8.285	9.320	9.471	8.907	10.042	(*)-
SCML	N.º de beneficiários com cartão de saúde - (SCML)	Nº	1	18.658	17.897	20.238	21.755	22.488	23.997	(*)-
AMI	Nº de pessoas apoiadas pelos serviços sociais da AMI	Nº	1	2.464	2.583	3.209	3.935	4.151	4.197	(*)-
fonte	D4 - Educação	Unidade	Relação (a)	Série Cronológica						
CML, Dpt Educação	Crianças inscritas na educação pré-escolar com apoio social escolar	Nº	1	1.083	897	1.528	1.711	1.659	1.647	2.246
CML, Dpt Educação	Alunos matriculados no 1.º Ciclo do ensino básico com apoio social escolar	Nº	1	5.875	7.292	7.527	6.608	6.568	6.025	6.811
GEPE e DGEEC, Ministério Educação	Taxa de Retenção e Desistência - Ensino Básico	%	1	8,9	8,9	8,8	8,4	10,9	10,7	-
GEPE e DGEEC, Ministério Educação	Taxa de Retenção e Desistência - Ensino Secundário	%	1	20,2	18,2	18,7	22,1	21,2	20,5	-

a) Relação indica se o indicador tem uma relação direta (1) ou inversa (0) com a Vulnerabilidade

b) Foi imputado o valor do indicador do ano mais próximo disponível.

c) Os valores foram recalculado de acordo com a taxa de inflação

(*) Os últimos dados a que temos acesso dizem respeito ao 3º trim. de 2014.

Quadro 5: Indicadores seleccionados para cada dimensão

D1 - Trabalho e Remuneração	Série Cronológica					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem (preços 2010)	100,0	98,3	95,5	98,9	100,8	100,8
Desempregados inscritos no CE <25 anos	100,0	131,3	139,2	132,2	172,4	190,1
Desempregados inscritos no CE 25-34 anos	100,0	137,3	154,3	145,4	178,1	191,4
Desempregados inscritos no CE 35-54 anos	100,0	131,8	151,6	158,2	190,9	214,3
Desempregados inscritos no CE 55 e + anos	100,0	108,8	115,5	115,3	130,0	155,9
D1 – Índice	100,0	121,5	131,2	130,0	154,4	170,5

D2 - Acesso a Bens e Serviços	Série Cronológica					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Consumo de energia por consumidor doméstico	100,0	91,7	88,5	94,0	100,7	100,7
Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante	100,0	89,6	84,4	102,7	109,0	109,0
EPAL - Cortes Água efectuados	100,0	125,6	105,3	95,1	77,1	113,4
Passageiros Metro Lisboa com passe social	100,0	105,9	108,7	105,4	95,0	95,0
D2 – Índice	100,0	103,2	96,7	99,3	95,4	104,5

D3 - Apoio Social de Emergência	Série Cronológica					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Nº pessoas apoiadas pelo Banco Alimentar de Lisboa	100,0	101,2	107,7	113,8	132,2	137,9
N.º de atendimentos - Atendimento Social de Emergência - (SCML)	100,0	137,3	154,4	156,9	147,6	166,4
N.º de beneficiários com cartão de saúde - (SCML)	100,0	95,9	108,5	116,6	120,5	128,6
Nº de pessoas apoiadas pelos serviços sociais da AMI	100,0	104,8	130,2	159,7	168,5	170,3
D3 - Índice	100,0	109,8	125,2	136,8	142,2	150,8

D4 - Educação	Série Cronológica					
---------------	-------------------	--	--	--	--	--

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Crianças inscritas na educação pré-escolar com apoio social escolar	100,0	82,8	141,1	158,0	153,2	152,1
Alunos matriculados no 1º. Ciclo do ensino básico com apoio social escolar	100,0	124,1	128,1	112,5	111,8	102,6
Taxa de Retenção e Desistência - Ensino Básico	100,0	100,2	99,1	94,6	122,7	122,7
Taxa de Retenção e Desistência - Ensino Secundário	100,0	90,1	92,6	109,4	105,0	105,0
D4 - Índice	100,0	99,3	115,2	118,6	123,2	120,6

Índice de Precariedade Social da Região de Lisboa	100,0	109,2	117,9	121,7	130,3	138,6
--	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------

1.3 Análise do Índice

Todos os indicadores pertencentes às quatro dimensões em análise (com excepção da variável “Nº de passageiros do metro de Lisboa com passe social”), contribuíram para o crescimento do valor do índice global no período 2008-2013, ou seja, para o aumento das condições de vulnerabilidade em todo esse período.

Na dimensão “**D1 - Trabalho e Remuneração**” o que mais contribui para a intensidade do agravamento do Índice de Precariedade Social é o desemprego registado, nomeadamente de desempregados com idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos (mais do dobro do registado em 2008) e dos mais jovens, tendo dos menores de 25 anos como os que possuem entre 25 e 34 anos, cujo número quase duplicou nestes seis anos (para cada 100 em 2008, existem em 2013 cerca de 190 desempregados com estas idades).

Os indicadores pertencentes à dimensão “**D2 - Acesso a bens e serviços**” estão entre o conjunto das variáveis que menos contribuíram para o agravamento do Índice de Precariedade Social, apresentando pequenas variações, positivas ou negativas, em relação a 2008.

Tal como os indicadores da dimensão “Trabalho e Rendimento”, também os pertencentes à área “**D3 - Apoio Social de Emergência**” têm uma influência forte no resultado do índice geral.

Apesar de todos os indicadores nesta categoria se terem agravado no período 2008-2013, sendo o último ano aquele que apresenta maiores valores registados, os crescimentos mais elevados foram sentidos nas variáveis “Nº de Atendimentos Sociais de Emergência e “Nº de pessoas apoiadas pelos Equipamentos Sociais da AMI”, que em 2013 se agrava 70,3% face a 2008.

Na dimensão Educação - “**D4 - Educação**”, apesar de no período 2008-2013 todos os indicadores apresentados se terem deteriorado, uma análise mais fina permite constatar que no caso das variáveis relacionadas com o apoio social escolar, há algumas evoluções que poderão indiciar uma alteração de comportamento, ainda que ligeira. Assim, no caso do pré-escolar, após o forte aumento registado, em 2010, com um crescimento de 58,3 face a 2009, e do 1º ciclo, em 2009, com um agravamento de 24,1 valores, verifica-se nos anos seguintes em ambas as variáveis, uma redução da intensidade do aumento, chegando mesmo a registarem-se melhorias face ao ano anterior tanto em 2012 como em 2013 que levaram a que no caso do apoio social escolar a crianças do 1º ciclo os valores se aproximem de 2008. No entanto, no caso do apoio social ao pré-escolar, o número de crianças apoiadas conheceu um aumento de 52% face a 2008.

Como conclusão geral, a análise da variação por anos permite verificar uma intensificação do agravamento do índice ao longo de toda a série cronológica apresentada, não existindo qualquer ano em que o seu valor tenha apresentado melhorias em relação a 2008, registando no final deste período um agravamento de 38,6% devido, em grande parte, ao aumento do desemprego e da necessidade de recurso a apoios sociais de emergência.

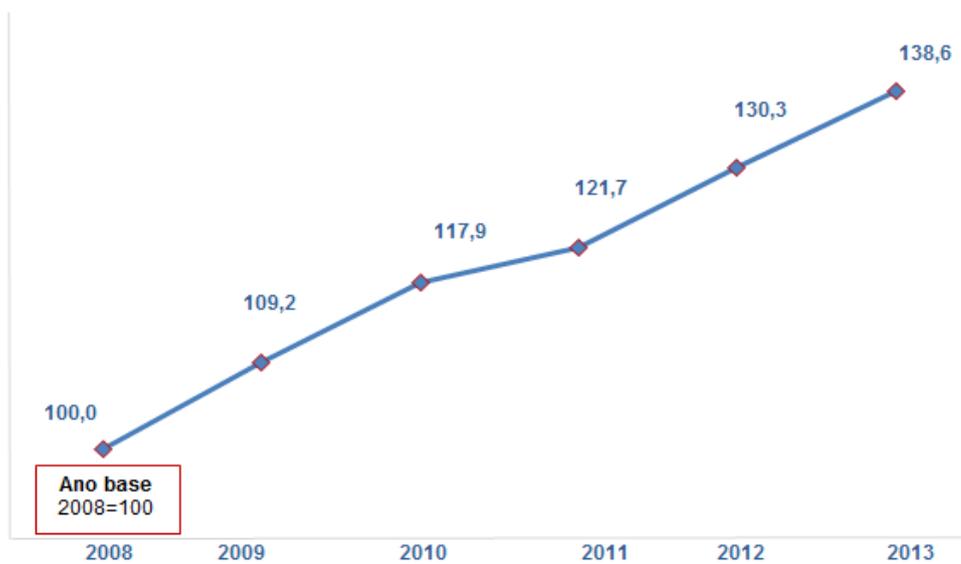
No caso do desemprego, os aumentos percentuais no período de seis anos (2008-2013) para perto do dobro, ou mesmo mais do dobro no caso das idades entre 35-54 anos, sublinha o aumento do risco de precariedade social junto da população em idade activa.

A perda de trabalho e conseqüente rendimento com impactos directos nas condições socioeconómicas das famílias terá tido repercussões em mudanças de hábitos de consumo e de estilos de vida e em dificuldades em assumir despesas básicas, como as relacionadas com a habitação e sua manutenção.

O prolongamento desta situação, conduzindo a situações mais graves de ruptura e de emergência, acaba por obrigar ao recurso a apoios sociais, os quais registaram igualmente um aumento

significativo no período em análise, reflectindo uma vez mais o aumento da vulnerabilidade que nestes anos se intensificou.

Gráfico nº 1: Índice de Precariedade Social da Cidade de Lisboa



Act. – Sistema de Indicadores de Alerta

Actividade	Objectivo	Acções realizadas	Resultados
<p>Sistema de indicadores de alerta/índice de precariedade social</p>	<p>Construir um índice que permita analisar a evolução das condições de vida da população residente na cidade de Lisboa</p>	<ul style="list-style-type: none">- Reuniões com peritos externos para estruturação do Índice de Precariedade Social - Definição de quatro dimensões de análise:<ul style="list-style-type: none">- D1: Trabalho e remuneração- D2: Acesso a bens e serviços- D3: Apoio social de emergência- D4: Educação - Selecção de indicadores por dimensão de acordo com os critérios de “qualidade” definidos:<ul style="list-style-type: none">- D1: 5 indicadores- D2: 4 indicadores- D3: 4 indicadores- D4: 4 indicadores - Cálculo de Números Índice para cada indicador - Ensaio de índice de precariedade:<ul style="list-style-type: none">- Cálculo do valor índice por dimensão- Cálculo do valor índice total	<ul style="list-style-type: none">-Listagem de indicadores seleccionados por dimensão de análise - Índice de Precariedade Social por dimensões e geral - Relatório com 1º ensaio do Índice de Precariedade Social na Cidade de Lisboa

ANEXO 1

(contactos establecidos)

Contactos estabelecidos

Entidade	Informação solicitada (IS)/disponibilizada (ID)
Câmara Municipal de Lisboa/Departamento de Desenvolvimento Social	ID: Fundo de Emergência Social
Câmara Municipal de Lisboa/Departamento de Habitação	ID: Pedidos de habitação municipal ao abrigo do RRAHM, Subsídio Municipal de Arrendamento (SMA), Programa Renda Convencionada, Programa reabilita primeiro paga depois
Câmara Municipal de Lisboa/ Departamento de Educação	ID: Dados relativos à acção social escolar pré-escolar e 1º ciclo EB
Banco Alimentar de Lisboa	ID: Dados relativos a famílias e pessoas beneficiárias de cabazes alimentares
ISS – Instituto da Segurança Social, IP	Dados relativos às diferentes prestações sociais e pensões (informação solicitada mas ainda não disponibilizada)
Epal	ID: Dados relativos aos clientes da EPAI, nomeadamente, pagamentos em atraso, cortes de fornecimento de água, pedidos de tarifa social
Deco – Gabinete de Sobreendividamento	ID: Dados relativos às famílias que recorrem ao Gabinete de Apoio ao Sobreendividado
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional	ID: Desempregados inscritos nos centros de emprego
DGERT – Direcção Geral Emprego Relações Trabalho	ID: nº de despedimentos colectivos; nº de empresas em processo de despedimento colectivo
AMI – Assistência Médica Internacional	ID: população Apoiada pelos Equipamentos Sociais da AMI
SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	ID: população Apoiada pelos Equipamentos Sociais da SCML
ARS LVT - Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo/ Núcleo de Estudo e Planeamento e Delegado de Saúde Regional	Reunião realizada com o Dr. António Tavares, Delegado de Saúde da ARS LVT com o intuito de identificar indicadores da área da saúde que possam estar relacionados com situações de vulnerabilidade social e sinalização de respectivas fontes.
ACES - Agrupamento de Centros de Saúde, Lisboa Norte	Reuniões realizadas com a Drª Teresa Gonçalves, Coordenadora da Unidade de Saúde Pública do ACES Norte com o intuito de identificar indicadores da área da saúde que possam estar relacionados com situações de vulnerabilidade social e sinalização de respectivas fontes.
Representante da ARS no grupo de trabalho do Diagnóstico da Plataforma para a Área do Envelhecimento	Reunião realizada com Drª Clara Pais – representante da ARS - no âmbito do subgrupo de trabalho do Diagnóstico da Plataforma para a Área do Envelhecimento
ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde	Pedido de reunião solicitada.
DGE - Direcção Geral de Educação	Pedido de reunião solicitada ao Subdirector Geral da Direcção Geral de Educação. Resposta a informar que seria mais adequado efectuarmos o contacto com a Direcção Geral dos Estabelecimentos Escolares.
DGEEC - MEC - Direcção Geral de Estatísticas de Educação	ID: Taxa bruta e real de escolaridade

(cont.)

DGEstE - Direcção Geral dos Estabelecimentos Escolares	ID: Alunos concluíram/não concluíram Alunos transitados/não transitados Alunos abandonaram Acção social (básico e secundário)
DRE LVT - Delegação Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo	Envio de email com pedido de colaboração através da disponibilização de indicadores relacionados com a área da educação.
Secretaria de Estado do Ensino e Administração Escolar	ID: Envio de informação relativa ao Programa PERA do ano lectivo 2012/2013 e 2013/2014.
ANEP - Associação Nacional de Escolas Profissionais,	Envio de email com pedido de colaboração através da disponibilização de indicadores relacionados com o ensino profissional privado no concelho de Lisboa.
ANQEP - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional	ID: Envio de informação relacionada com os Centros Novas Oportunidades.
UL - Universidade de Lisboa, Serviços de Acção Social e Reitoria	Envio de email com pedido de colaboração através da disponibilização de indicadores relacionados com alunos do ensino superior beneficiários de acção social.
INE – Instituto Nacional de Estatística	Reunião realizada com a Presidente do INE, Dr ^a Alda Carvalho, com o objectivo principal de saber qual a possibilidade de se produzir informação sobre o concelho de Lisboa até ao momento inexistente, bem como, realização de estudos temáticos específicos sobre a cidade.
CPCJ - Comissão Protecção Crianças e Jovens Lisboa	Reunião realizada com os representantes da CPCJ Ocidental, Oriental e Norte com o intuito de obter informação relacionada com os processos anuais activos
CNPCJR	Reunião realizada com representante da CNPCJR, Dr. Paulo Macedo com vista a obter informação nacional e regional sobre os processos anuais activos.
Rede Médicos Sentinela	Reunião realizada com representante da Rede Médicos Sentinela com o intuito de sinalizar indicadores da área da Saúde que possam estar associados a situações de carência económica e social.
ARSLVT- Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências	Reunião agendada para Fevereiro 2015.
GEP MSSS	Solicitação de dados referentes aos Quadros de Pessoal.
SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	Reunião realizada com o Gabinete de Estudos, Planeamento e Formação.

ANEXO 2

(nota metodológica)

Nota Metodológica

a) Ano de referência

A escolha do ano base de análise está relacionada com o início da crise financeira internacional desencadeada nos Estados Unidos em 2008 e com o seu alastramento para a Europa e com consequente impacto em Portugal, tratando-se de uma data que se convencionou identificar como o início dessa crise.

Neste sentido, para todos os indicadores identificados, foi feita a tentativa de reconstituição de séries cronológicas anuais a terem início no ano de partida, 2008, até 2013, último ano em observação.

Inicialmente colocou-se a questão de obter esta série temporal trimestralmente, contudo, e como para muitos dos indicadores tal não foi possível, a análise é efectuada com base em dados anuais (período 2008-2013). No caso de algum dos indicadores seleccionados não possuir informação para um dos anos em análise, o valor aplicado baseou-se, consoante os casos, num dos três procedimentos seguintes: cálculo da variação entretanto registada, média dos valores desse indicador até à data ou no valor do último ano com informação disponível. Esse valor será actualizado a partir do momento que a informação esteja disponível.

Numa fase posterior, pretende-se reunir condições para constituir um índice de base trimestral, tendo estes cálculos início a partir de 2014.

b) Conversão para Números Índice

Pelo facto de os indicadores seleccionados possuírem valores em unidades de medida distintos, sendo eles expressos ora em percentagem, ora em valores absolutos, em valores monetários e mesmo em unidades de energia, e tendo em conta outros estudos semelhantes já desenvolvidos, optou-se por recorrer à conversão em números índice simples (baseados no rácio entre o valor da variável num determinado ano e o valor dessa variável no ano-base), possibilitando assim a sua uniformização e condições de comparabilidade e consequentemente uma leitura dos dados mais imediata.

Ao permitir também a comparabilidade entre indicadores, esta operação, torna possível avaliar o comportamento de cada um dos indicadores e dimensões e respectiva influência na evolução do índice final.

Na prática, para o cálculo em números índice é necessário escolher um ano base (neste caso, 2008), que servirá de referência aos demais anos, e reduzir o seu valor a 100 (2008=100). Nos anos subsequentes os valores superiores a 100 indicam um aumento, e os inferiores a 100 uma diminuição, da variável face ao ano base.

Tratando-se, neste caso, de um Índice de Precariedade Social, existem variáveis cujo incremento provoca um aumento do valor do índice (mais desemprego = maior vulnerabilidade) e outras cujo incremento provoca a diminuição do valor do índice (maior rendimento médio = menor vulnerabilidade).

Para indicadores cujo aumento do valor representa um agravamento do índice (maior vulnerabilidade), o número índice obtém-se pelo rácio do valor da variável no ano₁ com o valor dessa variável no ano base (Ano₁/Ano₀)*100. Neste caso encontram-se 14 dos 17 indicadores que compõem este índice.

No caso dos indicadores cujo aumento do seu valor representa uma diminuição do valor do índice (menor vulnerabilidade), como é o caso do ganho médio mensal, procede-se à inversão do seu valor provocando a descida do valor do índice $((1/\text{Ano1})/(1/\text{Ano0}) * 100)$.

Assim, a leitura da evolução dos números índices terá que ser feita do seguinte modo: quando os valores se afastam do valor 100 em sentido ascendente, significa que a precariedade da população está a aumentar. Quando o cenário é contrário, ou seja, quando os valores decrescem, significa que o índice sofreu um desagravamento e, conseqüentemente, a precariedade diminuiu.

c) O peso de cada indicador:

Uma das questões metodológicas que se coloca na construção de Índices é a decisão relativamente à ponderação que cada indicador e dimensão terão no cômputo do índice geral.

Em sintonia com outros estudos de Índices elaborados por organismos estatísticos, como é o caso do Índice de Bem-Estar do Instituto Nacional de Estatística, optou-se por adoptar o Princípio da Razão Insuficiente defendida por Laplace⁷, o qual defende que na ausência de uma razão suficiente para precisar em quanto um indicador é mais importante do que outro qualquer, a cada indicador deverá ser atribuída a mesma ponderação.

Assim, também neste Índice, todos os indicadores contribuem com a mesma ponderação para o valor global do índice procedendo-se à média aritmética simples do conjunto dos indicadores.

⁷ in INE (2013), Índice de Bem-Estar, Documento Metodológico, pp. 20